

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.196 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2000

CPI QUEBRA SIGILO DE EMPRESÁRIOS DO FUTEBOL

PÁGINA 6



A Comissão Mista de Orçamento ouviu o ministro Martus Tavares, que qualificou a proposta orçamentária de "plenamente executável"

Ministro diz à Comissão de Orçamento que não há dinheiro para pagar 11,98%

Martus Tavares pede "uma fonte permanente" para cobrir o aumento do mínimo. Amir Lando acredita que a receita esteja subestimada

PÁGINA 7

COMISSÕES DEFINEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

PÁGINAS 7 E 8

CAE aprova mudança na antecipação de "royalties"

A Comissão de Assuntos Econômicos acolheu ontem parecer favorável à permissão para antecipação da receita de *royalties* em prazo superior ao mandato do chefe do respectivo Poder Executivo. A matéria ainda será submetida ao Plenário.

PÁGINA 4



CAE aprovou ontem proposta de mudança na antecipação dos *royalties* e hoje ouve o presidente do Banco Central, Armínio Fraga

Armínio Fraga fala hoje sobre o cumprimento das metas cambiais

PÁGINA 11

CI aceita recondução de David Zylberstajn na ANP

PÁGINA 11

CE acolhe projeto contra evasão escolar

A Comissão de Educação aprovou projeto determinando à direção das escolas de ensino fundamental que relacione os alunos com mais de 25% de faltas não justificadas.

PÁGINA 4

Plenário autoriza a criação de novas procuradorias

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto que autoriza o Ministério Público Federal a criar procuradorias da República em dez municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

PÁGINA 3



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, presidiu, juntamente com o deputado Michel Temer, a solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias.

PÁGINA 12



Simon: "A reforma do Judiciário não toca na impunidade"

Pedro Simon cobra medidas para pôr fim à impunidade no país

PÁGINA 12

ACM admite mudança na lei para facilitar transição municipal

Para o presidente do Senado, o que não se pode é abolir a Lei de Responsabilidade Fiscal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, admitiu na manhã de ontem a possibilidade de participar de um debate com o governo federal e os prefeitos para estudar uma forma de atenuar as punições previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a facilitar a transição nos municípios. Antonio Carlos não aceita, no entanto, qualquer possibilidade de revogação da lei.

— Abolir a Lei de Responsabilidade Fiscal é um crime maior que aplicá-la rigorosamente — observou Antonio Carlos.

Os prefeitos que estão em Brasília para contatos com os Poderes Executivo e Legislativo querem uma regra de transição para que tenham tempo necessário para adequar os orçamentos de seus municípios às exi-



ACM: Lei de Responsabilidade Fiscal não é argumento para impedir aumento do mínimo

gências da legislação.

Mas o senador não aceita que os prefeitos invoquem a Lei de Responsabilidade Fiscal como argumento para negar o aumento do salário mínimo para R\$ 180. “Isso é algo que me soa mal e não me agrada”, afirmou Antonio Carlos. Mesmo fixado em R\$ 180, o salário mínimo ficaria abaixo de US\$ 100. (*Leia mais na página 12.*)

Senador quer uma CPI mista permanente contra corrupção

A criação de uma comissão parlamentar de inquérito mista permanente para investigar a malversação do dinheiro público e as denúncias de corrupção foi proposta ontem pelo presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães.

— Quem tem medo de uma CPI permanente? — indagou, revelando que vai consultar a Advocacia do Senado e o presidente da Câmara, Michel Temer, sobre o assunto.

Ele também considerou a hipótese de que uma das atuais

comissões permanentes, como a de Fiscalização e Controle, possa receber poderes de uma CPI. Reconheceu, no entanto, que essa possibilidade é menos plausível.

Para o senador, o código de ética da administração pública, em vigor, é um avanço, mas não possibilita a apuração das denúncias.

Antonio Carlos acrescentou que enviará uma carta ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), dando-lhe autorização para averiguar suas contas bancárias e de sua esposa.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

9h45 — Participa da Conferência sobre a Relação entre os Programas de Renda Mínima Associada à Educação e o Programa de Combate à Pobreza. *Auditório Nereu Ramos*

12h — Recebe o cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo.

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro e último dia da sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 88/99, que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso; Mensagem nº 165/2000, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Tomas Maurício Guggenheim para a função de embaixador do Brasil junto à República do Gabão; Mensagem nº 174/2000, que submete a indicação de Ney do Prado Dieguez para o cargo de embaixador junto à República Cooperativista da Guiana; Mensagem nº PDL nº 159/99, que renova a concessão da Rádio Clube de Guaxupé, de Guaxupé (MG); PDL nº 179/99, que renova a autorização do governo do estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Belo Horizonte (MG); e PR nº 27/2000, que estabelece alíquota do ICMS nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 10/94, que dispõe sobre a remuneração mínima do assistente social; PLC nº 1/99, que trata da coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; PLS nº 12/2000, que dispõe sobre o serviço voluntário; PLS nº 125/2000, que dispõe sobre a responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado; entre outros assuntos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: discussão e votação das emendas ao Orçamento de 2001; Requerimentos, do senador Geraldo Cândido, solicitando a criação de subcomissão permanente para analisar acidentes que causem danos ao meio ambiente; e 15/2000, solicitando a realização de audiência pública para discutir a crise no setor elétrico, com a presença do ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho; do presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio; e do coordenador do IVIG/COPPE/UFRRJ, Luiz Pinguelli Rosa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

10h — Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos com a de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

Pauta: exposição do presidente do Banco Central, Arminio Fraga Neto, em cumprimento ao artigo 9º, parágrafo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que, no prazo de 90 dias após o fim de cada semestre, o BC apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães na Câmara dos Deputados*

10h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 47/2000, que dispõe sobre restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Após a reunião conjunta — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLC nº 54/2000, que fixa em seis meses o prazo prescricional de ação de regresso de que dispõe a companhia seguradora para reaver valor de indenização; PLC nº 56/2000, que cria cargos na carreira de policial federal; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; entre outros assuntos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento do presidiário Laércio da Cunha (Sálvio). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: discussão e votação das emendas ao Orçamento de 2001; e Requerimento s/nº/2000, do senador Moreira Mendes, solicitando a realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, na empresa Banco do Brasil Viagens e Turismo (BBTUR), empresa controlada pelo Banco do Brasil. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública para instruir a Mensagem nº 216/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Renato Navarro Guerreiro, para exercer o cargo de presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

18h — Audiência pública para instruir a Mensagem nº 212/2000, que submete à apreciação do Senado proposta de recondução do nome de José Mário Miranda Abdo, ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

14h30 — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.035-26, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste.

Pauta: discussão e votação do relatório de mérito. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

16h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.025-7, que institui o vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga.

Pauta: instalação da comissão. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Revelação*, de Robert Zemeckis. *Auditório Petrônio Portella*

19h — Abertura da exposição em comemoração aos 70 anos do senador José Sarney. A exposição reunirá 45 painéis retratando a vida e a obra do ex-presidente. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: substitutivo ao PDL nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Salimões; PDL nº 195/99, que renova a concessão da Rádio Alvorada de Rondônia, de Ji-Paraná (RO); PDL nº 205/99, que renova a autorização do governo do estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência — para explorar serviço de radiodifusão em Belo Horizonte (MG); PDL nº 248/99, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora de Lençóis Paulista para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Lençóis Paulista (SP); PDL nº 278/99, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Missionária de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Ângelo (RS); PDL nº 114/2000, que aprova o ato que autoriza a prefeitura municipal de Rio Parnaíba a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Parnaíba (MG); Requerimento nº 539/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada do PLS nº 495/99, de sua autoria; e Requerimento nº 540/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada do PLS nº 496/99, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: discussão e votação das emendas ao Orçamento de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento da estudante de Direito Renata Carla Moura Alves. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

País deve ganhar mais 30 procuradorias da República

Vai à sanção presidencial projeto de lei que autoriza o Ministério Público Federal a criar novas unidades em dez municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro e em mais 20 cidades ainda a serem definidas

O Senado aprovou ontem projeto de lei, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que autoriza o Ministério Público Federal a criar procuradorias da República em dez municípios dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. A proposta, que teve parecer favorável do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), altera ainda a estrutura de organismos do Ministério Público localizados em 14 municípios dos mesmos estados e permite criar mais 20 procuradorias sem especificação de localidade. A matéria agora vai à sanção.

De acordo com a justificativa do projeto, encaminhada pelo procurador-geral da República, Geraldo

Brindeiro, o crescimento da demanda pelos serviços da Justiça Federal vem impondo ao Ministério Público ritmo semelhante de expansão. A cada vara federal instalada em um município, observa Brindeiro, deve corresponder uma procuradoria da República na mesma localidade.

Sem as novas procuradorias, afirma o procurador-geral, os integrantes do Ministério Público que participam dos processos em tramitação nessas jurisdições são obrigados a se deslocar para esses municípios, gerando despesas com diárias e transporte. O custo mensal correspondente à criação de cargos efetivos para atender à expansão do Ministério Público



Bernardo Cabral foi o relator do projeto, aprovado na sessão de ontem pelo Plenário do Senado



será de R\$ 603,7 mil. A criação de cargos de confiança exigirá outros R\$ 475,1 mil mensais.

Os dez municípios que ganha-

rão as procuradorias são Resende, Itaperuna e São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro; Campo Mourão, Paranaguá e Ponta

Grossa, no Paraná; Pelotas e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul; e Lages e Tubarão, em Santa Catarina.

Renovada a concessão de quatro emissoras de rádio

O Senado Federal aprovou ontem projetos de decreto legislativo que renovam a concessão e outorga de quatro emissoras de rádio. As emissoras beneficiadas são: Vale do Taquari, de Coxim (MS); Centenário de Araras, de

Araras (SP); Atalaia, de Óbidos (PA); e Triângulo FM, de Candelária (RS). Os senadores petistas Heloísa Helena (AL), Geraldo Cândido (RJ) e Lauro Campos (DF) se abstiveram. Os projetos vão à promulgação.

Senado vota hoje novos critérios para o Congresso realizar sessão conjunta

O Plenário do Senado vota hoje, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Pela proposta, a Câmara e o Senado examinarão separadamente todas as matérias legislativas — inclusive vetos presidenciais, questões orçamentárias e medidas provisórias — e realizarão sessões conjuntas apenas em quatro hipóteses: a inauguração de sessão legislativa ordinária; o recebimento do compromisso e a posse do presidente e do vice-presidente da República; a promulgação de emenda à Constituição federal; e a recepção a chefe de Estado estrangeiro.

A proposta foi aprovada em primeiro turno por unanimidade pelos 54 senadores presentes à sessão, e, se aprovada em segun-

do turno, irá à apreciação da Câmara. Ao propor a mudança de seis artigos da Constituição, Alcântara argumenta que, embora venha prevalecendo desde 1946 o entendimento de que o Congresso deve tomar mais decisões em sessões conjuntas, a experiência demonstrou que elas prejudicam o dinamismo da atividade legislativa nas duas Casas.

FARINHA DE TRIGO

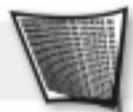
Os senadores apreciarão também projeto de Osmar Dias (PSDB-PR) que reduz de 12% para 7% a alíquota de ICMS cobrada nas operações interestaduais com farinha de trigo. A votação da matéria havia sido adiada a pedido dos líderes do PSDB, PFL, PTB e PT, que temiam que tal redução viesse a prejudicar alguns estados. Segundo Osmar, o ICMS é o imposto que mais pesa no preço da farinha de

trigo, refletindo-se no preço final do pão.

Os senadores também examinarão hoje a indicação do diplomata Tomas Maurício Guggenheim para o cargo de embaixador do Brasil no Gabão. A matéria já foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

O Plenário deve votar ainda a indicação de Ney do Prado Diegues para o cargo de embaixador na Guiana. A matéria já foi aprovada pela CRE, onde teve como relator o senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

Finalmente, os senadores deverão examinar a renovação de concessões de duas rádios de Minas Gerais, a Guaxupé, de Guaxupé, e a Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2000 (nº 4.201/98, na Casa de origem). Ministério Público da União. Dispõe sobre a criação de procuradorias da República em municípios e dá outras providências. Parecer nº 1.035/2000-CCJ. Relator: Senador Bernardo Cabral, favorável. Aprovado. À sanção.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1994 (nº 353/93, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Taquari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim, estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 231/2000-CE, relator: senador Lúcio Coelho, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1994 (nº 376/93, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Centenário de Araras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras, estado de São Paulo. Parecer nº 232/2000-CE, relator: senador Djalma Bessa, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1995 (nº 7/95, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Óbidos, estado do Pará. Parecer nº 233/2000-CE, relator: senador Gilvam Borges, favorável, com abstenção da senadora Heloísa Helena e do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2000 (nº 213/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Triângulo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Candelária (RS). Parecer nº 856/2000-CE, relatora: senadora Emilia Fernandes, favorável. Aprovado. À promulgação.

6 Requerimento nº 534, de 2000. Senador Paulo Souto. Solicita a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 1999, da qual é o primeiro signatário. Aprovado. A PEC nº 76/99 vai ao arquivo.

7 Requerimento nº 538, de 2000. Senador Antonio Carlos Valadares. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2000, de sua autoria. Aprovado. O PLS nº 159/2000 vai ao arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado voto de pesar pela morte de Helvídio Nunes

O Senado aprovou ontem voto de pesar pela morte, no último dia 3, em Picos (PI), do ex-senador e ex-governador do Piauí Helvídio Nunes. O requerimento foi assinado pelos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI) e Freitas Neto (PFL-PI). Napoleão destacou, no encaminhamento da votação, que Helvídio continuará a servir de exemplo de homem público.

Hugo Napoleão contou ter convivido com Helvídio Nunes no Congresso, onde o ex-parlamentar era referência em matérias de natureza

tributária. Em sua carreira política, relatou Napoleão, Helvídio, representando a União Democrática Nacional (UDN), foi deputado, senador, secretário de estado e governador, defendendo a saúde, a educação e os esportes como prioridades. O ex-senador sempre residiu em Picos, onde tinha também atividades empresariais.



O piauiense Helvídio Nunes foi senador durante 16 anos

Freitas Neto lembrou que Helvídio foi senador por 16 anos, até 1990. Ele contou ter participado de memoráveis campanhas eleitorais junto com o ex-senador. Segundo Freitas Neto, Helvídio “era um exemplo de honestidade e dignidade, um pai de família padrão e uma grande liderança regional”. “É uma grande perda para o Piauí”, concluiu.

Antecipação de "royalties" pode mudar

Projeto de resolução aprovado pela CAE permite aos chefes do Poder Executivo obterem do governo federal adiantamento de receitas em prazo superior ao mandato deles

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de resolução que permite aos chefes do Poder Executivo obterem do governo federal a antecipação da receita de royalties em prazo superior ao seu mandato. A permissão da antecipação fica condicionada à aplicação dos saldos financeiros resultantes da redução de gastos com aposentados e pensionistas nos fundos de previdência desses funcionários ou na amortização de dívidas com a União. A matéria ainda vai ao Plenário.

Pelo texto em vigor, a antecipação somente é permitida para capitalização do fundo de previdência que dará cobertura aos novos aposentados, que passarem a usufruir seus direitos a partir da data da operação de antecipação.

O projeto, de autoria dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES), foi relatado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). A matéria altera artigos da Resolução 78 do Senado Federal, que trata das operações de crédito interno e ex-



A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar em sua próxima reunião projeto de resolução que complementa a proposta aprovada ontem

terno dos estados, Distrito Federal e municípios.

— Eles respeitaram minha posição e procuraram uma alternativa, esta sim, muito mais inteligente e muito mais adequada aos estados — afirmou o relator.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a nova proposta é mais racional e atende realmente ao interesse público. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) lembrou que iria apresentar pro-

posta de emenda ao projeto anterior semelhante à aprovada.

Os autores da proposta agradeceram os elogios do relator. Ricardo Santos enalteceu a inteligência de Osmar Dias nas negociações com os autores da proposta e com o governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira. Já o presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que colocou a matéria na pauta o mais rapidamente possível, levando em

conta que o projeto atende aos interesses de muitos estados. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) lamentou a "solução simplória" dada pelo ministro do Planejamento para o aumento do salário mínimo e para o reajuste dos servidores do Judiciário. Segundo Martus Tavares, para arcar com essas despesas, devem ser cortados investimentos nas áreas sociais ou de infra-estrutura.

VISTA

Jefferson Péres pediu vista do projeto de resolução que complementava o anterior, de autoria dos mesmos senadores e relatado também por Osmar Dias. O relator afirmou que não fez um substitutivo juntando as duas propostas em respeito à autoria de Santos e Camata. Jefferson justificou seu pedido por ter dúvidas se um mesmo dispositivo legal pode ser alterado duas vezes na mesma legislatura. Segundo ele, o artigo da Resolução 78 modificado na segunda proposta já foi alterado pelo Projeto de Resolução 25, aprovado este ano. A matéria deve ser votada na próxima reunião da CAE.

Everardo será ouvido sobre informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação do substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto da nova Lei de Informática, em virtude de requerimento da bancada do Amazonas solicitando a convocação do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. A previsão é que o secretário compareça à comissão no dia 14.

Os senadores amazonenses argumentam que a presença do secretário é necessária para esclarecer dúvidas principalmente com relação à estimativa da renúncia fiscal a ser concedida às empresas nos próximos nove anos, como prevê a proposta do Executivo. O requerimento, assinado pelos senadores Bernardo Cabral (PFL), Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT), foi aprovado por unanimidade.

Pela proposta, seria prorrogada a isenção de IPI às empresas de informática até o final do ano; para as empresas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a vantagem valeria até o final de 2001. Depois disso, o imposto seria reduzido ano a ano, permanecendo, a partir de 2009, em 77% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em 70% no restante do país.

Comissão aprova projeto que combate a evasão escolar

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto da Câmara que determina à direção das escolas de ensino fundamental que notifique, no final de cada bimestre, ao Conselho Tutelar do município e ao juiz competente da comarca, a relação nominal dos alunos que apresentam 25% de faltas não justificadas. A proposta, de autoria da deputada Míriam Reid (PDT-RJ) e relatada favoravelmente pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação a obrigatoriedade do encaminhamento da relação dos alunos com nome e endereço dos pais e responsáveis para que sejam intimados a comparecer a uma audiência coletiva, quando deverão esclarecer o motivo das faltas e serão informados de que estão cometendo crime de abandono intelectual, previsto no Código Penal.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu a aprovação do projeto com urgência, fruto de uma experiência pioneira no município capixaba de Serra.

— A Secretaria Municipal de Edu-

cação, juntamente com o Judiciário, está intimando os pais e responsáveis dos alunos com excesso de faltas não justificadas para informar-lhes que poderão ser processados criminalmente, com base no artigo 246 do Código Penal Brasileiro. Perto de 99% da evasão desapareceu, sem que nenhum pai tenha sido punido — informou.

Em entrevista à Agência Senado, a deputada esclareceu que o objetivo da proposta não é punir os pais dos alunos faltosos, "em sua maioria carentes de recursos". A idéia, sustenta, é diminuir a evasão criando mecanismos de incentivo à educação.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) concordou em retirar voto em separado que havia preparado para apresentar contra a aprovação do projeto, em função de acordo informal sugerido pelo senador José Jorge (PFL-PE). Desse modo, a matéria deverá ser apreciada pelo Plenário, quando poderá receber emenda; nesse caso, como estabelece o Regimento Interno do Senado, retornaria à CE para nova análise.

Lobão disse que, "apesar das

boas intenções, o projeto é redundante e aumenta o número de diplomas legais, que no Brasil já chegam a mais de 180 mil".

— O Estatuto da Criança e do Adolescente incumbem os diretores de escolas fundamentais de comunicarem ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos de alunos, faltas injustificadas, evasão escolar e elevados níveis de repetência. Assim, o combate à abstenção escolar já está contemplado na legislação em vigor — argumentou.

Segundo José Jorge, a preocupação de Emília Fernandes e da autora "é louvável e a proposta deve ser aprovada". No entanto, observou, o projeto peca por excesso de detalhes:

— O prazo para notificar os faltosos, bem como o número de aulas perdidas, deve ficar a critério de cada prefeitura — argumentou.



A proposta aprovada pela CE visa criar mecanismos de estímulo à educação

Posição do ministério provoca divergências

A posição do Ministério da Educação sobre o projeto que obriga as escolas a comunicarem, no final de cada bimestre, a relação dos alunos que faltarem a mais de 25% das aulas provocou ontem discordâncias entre os senadores, durante a discussão da matéria na Comissão de Educação.

O senador Edison Lobão disse que foi informado da posição do ministro Paulo Renato — segundo ele, contrária à proposta — quando preparava seu voto em separado pela rejeição. A deputada Míriam Reid, autora da proposta,

havia argumentado que Paulo Renato seria favorável.

Durante os debates, Lobão informou o recebimento de ligação de assessora do ministério que teria confirmado a posição do governo contrária à proposta. A senadora Emília Fernandes, relatora da matéria, lamentou não ter sido contatada pelo ministro ou por sua assessoria para tratar do projeto.

— Além disso, não é através de um telefonema, quando a comissão está reunida para tratar da proposta, que o MEC deve se manifestar. Isso é um desrespeito — criticou.

Alcântara quer rigor com os institutos de pesquisas



Lúcio Alcântara

A incidência de erros nas pesquisas eleitorais em sucessivas eleições é, para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), um alerta para a necessidade de elevar o nível de exigência quanto a esses institutos. Em discurso feito ontem no Plenário, ele disse que talvez não seja necessário convocar uma CPI para analisar o assunto, mas defendeu a exigência de mais rigor técnico dos institutos de pesquisas.

O senador lembrou que, embora já se tenha atribuído às pesquisas um valor absoluto, elas vêm sendo desmistificadas ao longo do tempo. Ele observou, no entanto, que pelo menos sobre o ânimo dos militantes as pesquisas produzem efeitos, seja no sentido positivo ou no negativo.

Alcântara apontou dois problemas em relação às pesquisas. O primeiro é a maneira como é feita a divulgação, geralmente maximizando o resultado. O segundo seria o fato de, pelo menos no interior, segundo afirmou, algumas pesquisas serem forjadas. Segundo o senador, a divulgação dessas pesquisas gera falsa expectativa, fazendo com que, em alguns casos, os eleitores duvidem do resultado das urnas.

— A pesquisa deve ser vista como um instrumento importante, mas com reservas. Alguns aspectos de natureza técnica, como a margem de erro, têm de ser avaliados — afirmou o senador.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que defende a instalação de uma CPI para investigar os institutos de pesquisa, disse que “esse segmento está sob suspeição”. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lembrou que existe um requerimento de sua autoria, com assinaturas de deputados e senadores, pedindo a instalação da CPI, e acrescentou que só falta vontade política para que isso ocorra.

Já o senador Carlos Wilson (PPS-PE) defendeu a regulamentação das pesquisas. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) citou o seu exemplo, dizendo que nunca foi citado pelas pesquisas, mas sempre ganhou as eleições que disputou.

Suassuna defende política industrial “consistente”

Senador diz que Brasil precisa investir na produção de componentes eletrônicos para reverter os maus resultados de sua balança comercial

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a adoção, pelo Brasil, de “uma política industrial consistente”, que permita ao país reverter o déficit na balança comercial. Ele comentou documento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, publicado pela



Suassuna cobra políticas de longo prazo e aumento das exportações

Folha de S. Paulo, indicando a necessidade urgente de o Brasil estimular a fabricação local de componentes eletrônicos, sob pena de gerar nova crise cambial, uma vez que o déficit nesse tipo de importação chegou a US\$ 6,6 bilhões em 1999. Estudos indicam que esse déficit setorial pode dobrar em cinco anos.

O senador se considera um “observador privilegiado” do setor, por ser relator da Lei de Informática na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE) e acredita haver causas mais severas para uma balança comercial insustentável a médio prazo. Na opinião de Ney Suassuna, o financiamento do déficit tem sido conseguido com capitais voláteis e com privatizações de estatais.

— É preciso uma política industrial consistente a longo prazo, capaz de dar sustentação ao desenvolvimento econômico e de usar as exportações brasileiras como uma variável efetiva de desenvolvimento econômico — disse.

O senador acredita que o Brasil deve investir em fontes alternativas de energia, como a eólica e o álcool, para “tomar em suas mãos o futuro”. Para ele, se o aumento dos preços do petróleo é uma ameaça para os países ricos, que têm poucas armas para se defender das decisões

da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), responsável por 40% da produção mundial de petróleo, o Brasil está em situação ainda mais frágil e não pode assistir passivamente à situação.

Mesmo sabendo que os países da Opep tiveram seu poder diminuído depois das crises de 1973 e 1979, o senador destacou que eles ainda têm peso importante na economia mundial, uma vez que houve poucos avanços no emprego de fontes alternativas e o mundo continua sendo movido basicamente a petróleo. Hoje, o Brasil produz cerca de 1,2 milhão de barris de petróleo por dia, o que satisfaz dois terços das necessidades nacionais.

Segundo Suassuna, a alta do petróleo faz crescer os lucros do Tesouro Nacional, proprietário da Petrobras, apesar de aumentar o déficit do amortecedor da variação dos preços, a Parcela de Preços Específicos (PPE). Mas considera essa política inadequada a longo prazo.



Segundo o autor do projeto, Paulo Hartung, a questão requer “tratamento adequado”

Governo pode ter prazo para pagar dívida de baixo valor

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei definindo prazos para pagamento de dívidas de pequeno valor pela Fazenda Pública federal, estadual e municipal, em caso de sentenças judiciais transitadas em julgado, às quais não cabem mais recursos. O texto regulamenta a Emenda Constitucional nº 30, de 2000, que fixou regras para o pagamento de precatórios judiciais, não aplicáveis para a quitação de pequenos débitos pela administração pública. Assim, o senador definiu que o pagamento determinado pela Justiça de dívidas até R\$ 5 mil deve ser efetuado, no máximo, em 30 dias.

O projeto de Hartung, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também dá tratamento diferenciado ao pagamento de dívidas de natureza alimentícia, ou seja, as trabalhistas e previdenciárias. Caso o valor da causa seja superior a R\$ 5 mil por autor da ação, o projeto estabelece prazo de 120 dias para a quitação do que exceder o valor. Para isso, Hartung quer que os governos prevejam rubrica própria para o pagamento de dívidas definidas em sentenças judiciais, o que deve ser feito inclusive por meio de crédito suplementar ao Orçamento da União.

— A nova ordem constitucional abre espaço fértil ao adequado tratamento do crédito de pequeno valor e daquele de natureza alimentar. Para isso, é preciso compatibilizar a Constituição ao pagamento de sentenças judiciais de natureza alimentar transitadas em julgado, tendo em vista a urgência de que se revestem — justifica Hartung.

Para estados e municípios, ele propõe valores que servem como referência para definir causas de pequeno valor. Para estados e o Distrito Federal, a condenação de pequeno valor não pode ser inferior a R\$ 2,5 mil e, para municípios, o valor varia entre R\$ 1,2 mil e R\$ 500.

Suplicy rebate crítica de Freire a programas do PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu críticas do senador Roberto Freire (PPS-PE) a programas do Partido dos Trabalhadores, como o orçamento participativo, a renda mínima e o bolsa-escola. De acordo com Suplicy, Freire declarou, em entrevista publicada no jornal *O Globo*, que as propostas do PT são reformistas e neoliberais e que um partido de esquerda não deve

fazer políticas compensatórias.

Suplicy pediu a Freire cuidado ao fazer esse tipo de análise, ponderando que o candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Gomes, tem opinião divergente da de Freire, já que lhe informou apoiar o programa de renda mínima. Para Suplicy, “a garantia de uma renda é um direito à cidadania”.

Ele lembrou que, no momento em



Para Suplicy, garantir uma renda mínima é garantir o direito à cidadania

que falava, o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, participava em São Paulo de um simpósio com especialistas para se dar início ao projeto Fome Zero. Lula pretende colocar o combate à fome como principal prioridade do programa petista, disse Suplicy.

Mostra retrata a diversidade étnica de Santa Catarina

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), abriu ontem, na Galeria Senado, a mostra *Santa Catarina: Nossa Terra, Nossa Gente*. Ele destacou a presença dos senadores catarinenses Jorge Bornhausen (PFL), Geraldo Althoff (PFL) e Casildo Maldaner (PMDB) e homenageou o governador Esperidião Amin, na figura do vice, Paulo Roberto Bauer.

Bauer ressaltou que ao abrir “esse generoso espaço” para Santa Catarina, o Senado permitia que um número maior de brasileiros to-



O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, ao abrir a exposição na Galeria Senado

masse conhecimento da formação, da história e da cultura catarinense.

mostra, será exibido o vídeo *A Festa das Etnias*.

ses. A exposição, que vai até o dia 26, procura espelhar a diversidade étnico-cultural de Santa Catarina.

Oito painéis metálicos, com textos gravados dos historiadores Dalvo Vieira e Ana Lúcia Coutinho, e fotos, mostram as tradições e costumes das 23 etnias que formam o povo catarinense. Como parte da

CPI quebra sigilo de empresários do futebol

Senadores decidem também pedir à Receita Federal a realização de auditoria em uma empresa de material esportivo e a convocação de diversas pessoas para depor. Cópia de processo que investiga irregularidades em bingos será solicitada à Justiça

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de 25 empresas e empresários credenciados pela Fifa para negociar jogadores brasileiros com clubes do exterior. Além desses, também serão quebrados os sigilos do empresário Luís Vianna, que até recentemente integrava a relação dos credenciados pela Fifa.

Entre os empresários que terão seus sigilos quebrados pela CPI estão Juan Figer (representante do meio-campo da Seleção Zé Roberto), Edino Nazareth Filho (o ex-quarto-zagueiro Edinho, que defendeu a Seleção Brasileira nas Copas do Mundo de 78, 82 e 86), Reinaldo Pitta (empresário do atacante Ronaldinho), Léo Rabello (empresário de vários jogadores, entre eles o zagueiro Antonio Carlos), Gilmar Luiz Rinaldi (campeão mundial pelo Brasil em 1994) e Pedro Luiz Vicençote (ex-lateral-esquerdo que disputou a Copa de 82).

Ao quebrar os sigilos dos empresários credenciados pela Fifa, os integrantes da comissão parlamentar de inquérito querem rastrear possíveis intermediários



nas negociações de atletas brasileiros com clubes do exterior. A CPI do Futebol também resolveu solicitar à Receita Federal que seja realizada uma auditoria fiscal na empresa de material esportivo Rhumell, no que diz respeito aos seus contratos de patrocínios de futebol.

Ainda foi aprovada na reunião da tarde de ontem da CPI do Futebol as convocações para depor do dono da empresa Traffic, José Hawila, do presidente da Associação dos Atletas Profissionais, o ex-jogador Wilson Piazza, do ex-lateral da Seleção Brasileira Leonardo e do presidente da Federação de Futebol do Distrito Federal, Weber Magalhães.

José Hawila deverá falar sobre a intermediação que sua empresa, a Traffic, fez para viabilizar o contrato firmado entre a CBF e a Nike. Wilson Piazza deporá sobre registro e contratos de jogadores, enquanto Leonardo comentará as declarações que deu à imprensa demonstrando o seu desapontamento com a gestão do futebol brasileiro. Já Weber Magalhães se posicionará a respeito das declarações feitas pelo ministro da Pre-

vidência, Waldeck Ornélas, que em depoimento à CPI apontou a Federação do Distrito Federal como uma das mais desorganizadas e com mais problemas relativos à Previdência Social.

Os senadores integrantes da CPI aprovaram ainda requerimento solicitando ao juiz da 10ª Vara de Justiça Federal, Ronaldo Desterro, cópia do processo instaurado para investigar irregularidades em bingos. A comissão parlamentar de inquérito do Senado também solicitará à Câmara dos Deputados todas as notas taquigráficas dos depoimentos já prestados ou que venham a ser realizados na CPI da Nike, além de toda a documentação que for recolhida.

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), informou que recebeu ofício do advogado da União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro (Clube dos Treze) solicitando a cópia do depoimento prestado à comissão por Waldeck Ornélas. No entendimento da entidade que representa os maiores clubes do país, as informações prestadas pelo ministro no que diz respeito ao valor dos débitos das agremiações de futebol estão incorretas.



Álvaro Dias, presidente da CPI, informou que o Clube dos Treze pediu cópia do depoimento do ministro da Previdência

Acusado de participar de quadrilha presta depoimento

A comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas em rodovias e ferrovias de todo o país ouve hoje, às 10h, o depoimento do presidiário Laércio da Cunha, também chamado de Sálvio. Ele é acusado de envolvimento com o crime organizado.

A CPI, que é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), realizou, na semana passada, uma série de audiências públicas na cidade de São Paulo, quando foram tomados os depoimentos de 23 pessoas, várias delas acusadas pelo presidiário Jorge Méres de receptor cargas roubadas. Méres trabalhou para uma quadrilha com base em Campinas (SP).

Com o prazo dilatado por mais um ano, a CPI deve visitar ainda outros estados. No início de de-



zembro, a cidade de Imperatriz, no Maranhão, será visitada pela comissão.



Romeu Tuma preside a CPI, que na semana passada tomou depoimentos em São Paulo

Maguito Vilela quer estender investigação ao judô e ao triatlo

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou requerimento ontem propondo que a CPI do Futebol estenda sua competência de investigação às modalidades esportivas de judô e triatlo, cujas confederações foram objeto de denúncias de irregularidades.

As denúncias chegaram às mãos do senador quando ele exercia a relatoria da comissão mista formada para analisar medida provisória que propunha modificações na Lei Pelé. Dado que a comissão mista não tinha poderes de investigação, Maguito Vilela defendeu que a CPI do Futebol, que os tem, também os exerça com relação a outras modalidades de esporte.

DINASTIAS

Maguito Vilela também apresentou proposta de emenda constitucional que proíbe a ree-



Maguito Vilela propõe limitar as reeleições nas federações para "oxigenar" o esporte

leição de dirigentes de entidades esportivas por mais de uma vez. Segundo a proposta, a proibição se aplica a cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o se-

gundo grau ou por adoção.

A proposta, segundo o senador, busca pôr fim "às verdadeiras dinastias que se perpetuam na direção dessas entidades", e atende a um sem-número de sugestões que também lhe foram apresentadas por ocasião das discussões em torno das mudanças na Lei Pelé propostas pelo Poder Executivo através de medida provisória.

A permissão de reeleições sucessivas, na sua opinião, é uma das razões que colocaram o futebol brasileiro sob investigação.

— Muitas federações e confederações desportivas estão nas mãos de uma família há mais de 15 anos e o esporte, de modo geral, precisa ser oxigenado, renovado — argumentou o senador.

CFC analisa pedido de auditoria na BBtur

Pedido para que seja realizada auditoria na empresa de turismo controlada pelo Banco do Brasil, conhecida como BBtur, está na pauta da reunião que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza hoje, às 11h30.

A auditoria, de acordo com requerimento de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), é necessária porque, em sua avaliação, existem fortes indícios de irregularidades nas operações realizadas pelo Banco do Brasil através da BBtur.

Também está na pauta debate



Moreira Mendes afirma que há "indícios de irregularidades" em operações da BBtur

sobre emendas que a comissão apresentará ao Orçamento 2001.

Ministro diz que não há dinheiro para pagar 11,98%

Martus Tavares defendeu, na Comissão Mista de Orçamento, a proposta do governo para 2001, que considera “plenamente executável”. Mas garantiu que não existem recursos para reajustes como o concedido pelo Judiciário

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, disse ontem, perante a Comissão Mista de Orçamento, que não há previsão de recursos para o pagamento do reajuste – e a consequente quitação de atrasados – de 11,98% concedido pelo Poder Judiciário aos seus servidores. Martus foi à comissão esclarecer as bases da previsão de arrecadação constante da proposta de Orçamento para 2001. Segundo ele, em princípio só teriam direito aos 11,98% os servidores em atividade no momento da conversão da Unidade Real de Valor (URV) para o real, em 1994.

Para Martus Tavares, o texto enviado pelo Executivo ao Congresso tem como fundamento a realidade fiscal do país, a partir da expectativa de crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. Esse incremento da produção seria o resultado da disciplina imposta pelas medidas adotadas em 1998 e 1999 em função da crise cambial.

– Traçada com referência na carga tributária vigente, essa peça orçamentária é plenamente executável – afirmou o ministro. Ele ob-

servou que há duas fontes de recursos pendentes de aprovação de propostas de emenda constitucional, uma criando o Fundo de Combate à Pobreza e outra estabelecendo o desconto previdenciário para os servidores públicos inativos.

Apesar da austeridade nos gastos, o governo procurou em sua proposta reforçar os investimentos sociais, com aumento de R\$ 9,5

bilhões em relação ao Orçamento de 2000, de acordo com Martus Tavares. Foram beneficiadas áreas como Previdência, segurança pública e melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

– Conciliamos responsabilidade fiscal com responsabilidade social. E quanto ao salário mínimo, reservamos recursos para a manutenção do seu poder real de compra – disse Martus. Respondendo a indagação do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), Martus Tavares afirmou que o governo poderá rever uma parte da classificação de despesas no Orçamento de modo que recursos relativos a operações de crédito não sejam utilizados para o custeio.



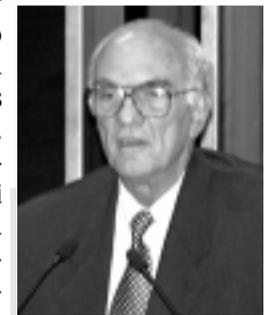
Martus disse à comissão mista que a proposta orçamentária está baseada na realidade fiscal do país

CAE proporrá emendas para atender cinco setores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem cinco emendas ao Orçamento do próximo ano. Elas serão apresentadas pela CAE à Comissão Mista de Orçamento, que poderá aprová-las ou não. As emendas atendem áreas consideradas prioritárias: agropecuária, turismo, combate à pobreza, incentivo à indústria de exportação e melhoria da infra-estrutura social dos municípios.

Para a agropecuária, foi necessária votação nominal para aprovar, por nove contra oito, emenda que destina recursos ao combate à brucelose, à febre aftosa e a outras doenças da bovinocultura. Foram derrotadas emendas que procuravam incentivar o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). O valor será definido pela média das emendas para o setor.

Para o turismo, foi aprovada uma proposta intermediária às três emendas apresentadas. A CAE



Saturnino propôs emenda para fortalecer indústria de exportação

quer destinar ao setor R\$ 160 milhões, para promoção de infra-estrutura em cidades turísticas de até 100 mil habitantes e promoção, no exterior, do turismo brasileiro.

Para ações de combate à pobreza, foi aprovada emenda no valor de R\$ 60 milhões. Já para a fortalecimento da indústria de exportação, foi aprovada emenda do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) inicialmente direcionada à indústria do cinema, no valor de R\$ 5 milhões.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também reformulou sua proposta antes de ser aprovada. Sua emenda destinava R\$ 300 milhões para fortalecimento da infra-estrutura de municípios na Amazônia Ocidental, mas foi alterada para que o Ministério da Integração Nacional aplique os recursos para cidades carentes em todo o país.

Para Lando, previsão de receita pode estar subestimada

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem que poderá usar dinheiro de uma reestimativa das receitas tributárias para repassar recursos à Previdência Social e, com isso, garantir o reajuste do salário mínimo para até R\$ 180. “Há anos o governo usa essa tática de subestimar as receitas propostas no projeto orçamentário. Por que não estaria subestimando para o próximo ano? O excesso de arrecadação é uma fonte permanente”, disse.

Lando fez a declaração à imprensa no momento em que chegava ao final do depoimento de quase cinco horas do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, à Comissão Mista de Orçamento. O ministro sustentou que, para elevar o mínimo para R\$ 180, o Congresso deve indicar “fontes permanentes” de arrecadação.

O relator decidiu enviar requerimentos ao Executivo pedindo detalhadamente a arrecadação tributária dos últimos cinco anos, pois solicitações verbais, apesar de feitas há um mês, até agora não foram atendidas. Ele quer provar que sempre houve excesso de arrecadação nesse período e que o Executivo, depois de contingenciar as verbas orçamentárias aprovadas pelo Congresso, acaba pedindo créditos su-

plementares no final do ano.

Um adendo ao relatório preliminar será apresentado por Lando até o início de dezembro, reestimando a arrecadação para o ano que vem – o governo previu R\$ 268,9 bilhões de receitas não-financeiras.

Durante o debate com o ministro do Planejamento, o relator-geral questionou sobre o pagamento de 11,98% determinados pelo STF aos funcionários do Judiciário. Martus Tavares explicou que ainda não se sabe se o pagamento dos atrasados deve ser feito imediatamente e se é extensivo a todos os servidores da Justiça, porque o acórdão do Supremo ainda não foi publicado. De qualquer forma, afirmou que o dinheiro “terá de estar no Orçamento em discussão no Congresso”. Caso o Congresso não faça a previsão desse pagamento, o Executivo terá de lançar mão de remanejamentos de verbas. “Não podemos sonhar em termos de orçamento, senão eu acabo acordando com um contingenciamento”, acrescentou.

Ao tratar de salário mínimo, Martus disse que, até agora, não viu nenhuma fonte permanente para bancar a Previdência caso o piso seja elevado para R\$ 180. Ele admitiu que, se o STF votar contra os fundos de pensão, a cobrança de Imposto de Renda sobre as aplicações

financeiras dessas instituições “será uma fonte permanente”.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) lamentou que o Executivo sequer considere a possibilidade de reduzir seus gastos diminuindo a taxa de juros. “O governo afirma que, para cada real de aumento do salário mínimo, serão necessários 180 milhões de dólares por ano. Pois se o governo reduzir em apenas 1%

a taxa de juros, a economia por ano ficará em cerca de 5 bilhões de reais”, disse o deputado. O ministro respondeu afirmando que os juros “já caíram muito no Brasil” e se encontram atualmente na faixa de 10% ao ano, descontada a inflação. “O importante é manter a política de ajuste fiscal, que leva ao crescimento econômico, ao emprego, à queda da inflação”, acrescentou.

Integrantes da CMO têm encontro com Armínio Fraga

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, afirmou a integrantes da Comissão Mista de Orçamento, durante encontro na manhã de ontem, que a arrecadação poderá subir caso a Receita Federal tenha acesso à movimentação financeira de pessoas e empresas. Ele concorda com o projeto, já em tramitação no Congresso, que permite à Receita investigar quem faz grandes movimentações de dinheiro nos bancos sem ter patrimônio compatível.

O encontro foi realizado no Banco Central e teve a presença de parlamentares, além do presidente da Comissão de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), e do relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO). Fraga disse aos parlamentares que, com a globalização,

“cada vez ficará mais difícil esconder dinheiro ou sonegar impostos”.

Entre outros assuntos, eles trataram da inclusão de prejuízos do BC, de aproximadamente R\$ 15 bilhões, na previsão de gastos do Tesouro Nacional, no próximo ano. Fraga admitiu que quase todo o prejuízo se deve a gastos com o programa de recuperação dos bancos (Proer).

Em entrevista, o senador Amir Lando disse que, se a Câmara aprovar o substitutivo que o deputado Ney Lopes (PFL-RN) apresentou a uma proposta já aprovada pelos senadores, “ela terá de ser totalmente alterada em sua volta ao Senado”, porque o substitutivo, no fundo, não dá à Receita Federal acesso à movimentação bancária de quem recorre grandes valores em CPME.

CAS propõe emenda de R\$ 1,5 bi para programas de renda mínima

Comissão também quer aumentar, na proposta orçamentária, recursos para a Rede Sarah, o combate à pobreza e ações de saneamento

Se dependesse só da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a lei orçamentária para 2001 destinaria mais de R\$ 1,5 bilhão aos programas municipais de renda mínima associados a ações sócioeducativas. Esta foi uma das cinco emendas aprovadas pelo plenário da comissão, que concordou com o parecer apresentado pelo relator, senador Antero de Barros (PSDB-MT), às 59 emendas sugeridas pelos senadores.

Na opinião do presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), dado o valor elevado da proposta, é provável que a Comissão



Osmar Dias acha provável que o valor da emenda seja reduzido pelo Congresso

de Orçamento e o Plenário do Congresso não a aprovem no total solicitado.

À semelhança dos últimos anos, uma das cinco emendas da comis-

são foi reservada ao aumento de recursos – R\$ 100 milhões – a serem destinados à Rede Sarah Kubitschek, proposta que resultou da fusão de emendas apresentadas por vários senadores. Para ações sociais e comunitárias de combate à pobreza, conforme emenda do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), foi aprovada proposta de acréscimo no valor de R\$ 50 milhões.

Outras duas áreas pertinentes à atuação da CAS – meio ambiente e saúde – também foram contempladas com propostas de acréscimo: R\$ 80 milhões para a recuperação de mananciais e a canalização de córregos, segundo sugestão de Osmar Dias, e R\$ 5 milhões para ações de saneamento e drenagem em áreas endêmicas, propostos pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Comissão de Educação quer mais recursos para o Enem

Os senadores que integram a Comissão de Educação decidiram ontem propor o aumento dos recursos previstos pelo governo no projeto de lei orçamentária de 2001 para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e para os hospitais universitários. Os recursos destinados ao Enem visam permitir a inscrição gratuita dos estudantes.

Além do Enem e dos hospitais, geridos pelo Ministério da Educação, a comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou o encaminhamento de mais três emendas ao Orçamento, referentes a programas dos minis-

térios da Cultura e do Esporte e Turismo. As cinco emendas totalizam a quota de propostas de competência das comissões permanentes no Senado e na Câmara. Os senadores da Comissão de Educação apresentaram 35 emendas e as cinco aprovadas resultaram da fusão de várias propostas afins.

No âmbito do Ministério da Cultura, foi aprovada emenda originada da Subcomissão do Cinema Nacional, aumentando os recursos previstos para a produção em audiovisual, e também para a implantação de bibliotecas públicas em assentamentos rurais.



Comissão presidida por Freitas Neto pede mais verbas também para hospitais universitários

Comissões analisam em conjunto restrição à propaganda de cigarro

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apreciam hoje, a partir das 10h, projeto que limita a propaganda de cigarro a cartazes afixados no interior de ambientes comerciais. A matéria, já aprovada pela Câmara dos Deputados, proíbe a propaganda de produtos deriva-

dos do fumo nos meios de comunicação e, ainda, proíbe o financiamento de atividades esportivas pelas empresas fabricantes de cigarros. Inicialmente, a votação estava prevista para ontem na CAS, mas foi adiada para possibilitar a apreciação conjunta pelas duas comissões.

De autoria do Executivo, o pro-

jeto está sendo relatado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Em reunião anterior, ele manifestou simpatia à idéia de o Congresso aprovar regras que inibam o consumo dos derivados do tabaco, mas afirmou que precisaria avaliar com profundidade o texto proposto para não incorrer em inconstitucionalidades.



Ramez Tebet preside a comissão encarregada de apreciar a MP dos fundos constitucionais

Relatório sobre MP dos fundos constitucionais deve ser votado hoje

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vota hoje, a partir das 14h30, o relatório do deputado Francisco Garcia (PFL-AM). A MP tem por finalidade o financiamento de setores produtivos das três regiões, com destaque para a agricultura. A comissão é presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

A medida provisória permite aos agricultores contraírem empréstimos junto aos fundos com taxas de juros baixas, variando de 9% a 16%, de acordo com o tama-

nho da propriedade. Serão beneficiados também cooperativas, associações, indústrias e empresas ligadas ao turismo.

Os fundos constitucionais foram criados em 1988. A União ficou obrigada a repassar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os fundos. Com o dinheiro arrecadado, o governo, através dos fundos constitucionais, passa a ter recursos para financiar setores produtivos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive a renegociação de dívidas dos agricultores.

CE aprova inclusão de legenda oculta na programação de TV

A inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão para o conjunto dos programas nacionais ou estrangeiros, próprios ou de terceiros, ao vivo ou pré-gravados foi aprovada ontem pela Comissão de Educação. O recurso, conhecido como *closed caption*, representaria, na avaliação do relator da proposta, senador Pedro Simon (PMDB-RS), contribuição incommensurável à luta dos deficientes auditivos por sua emancipação e participação na sociedade. A matéria, que tramita em caráter terminativo, só vai a Plenário caso haja requerimento de pelo menos nove senadores.

Simon argumentou que, em uma sociedade como a brasileira, na qual a imensa maioria dos cidadãos não tem acesso a ou-

tras formas de cultura, como cinema, espetáculos musicais, exposições de arte ou livros, a televisão constitui praticamente a única forma de lazer e informação possíveis.

– A indústria cultural brasileira gira em torno da televisão. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE, em 1996, revela que 84,3% dos domicílios contam com televisão – disse.

HOMENAGEM

A CE também aprovou projeto terminativo denominando Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo o trecho da BR-401 compreendido entre as localidades de Bonfim e de Normandia, em Roraima. De autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o projeto foi relatado por Amir Lando (PMDB-RO).

Senado comemora os 70 anos de José Sarney

Para marcar a data, será aberta às 19 horas de hoje, no Salão Negro do Congresso Nacional, uma exposição que reconstituirá em 45 painéis a vida e a obra do senador, ex-presidente da República, ex-governador e escritor



Ao completar 70 anos, Sarney também festeja a publicação de seu 27º livro

“O encanto, a modéstia e o terno tradicional”, na descrição da publicação norte-americana *Current Biography*, “fazem-no parecer mais um fazendeiro inglês que um líder latino-americano”. Ex-presidente da

Sarney iniciou-se aos 24 anos, quando elegeu-se suplente de deputado pela UDN. No ano seguinte, em 1955, assumiu a efetividade na Câmara dos Deputados, para onde foi reeleito em 1958 e 1962. Em 1965, venceu a eleição para governador do Maranhão. Em 1970, iniciou seus quatro mandatos de senador. Foi presidente da Arena e, posteriormente, presidente do Partido Democrático e Social.

Em 1984, foi Sarney quem iniciou a ruptura com o governo militar, formando a Frente Liberal, que apoiou a eleição de Tancredo Neves e ajudou o país a transitar pacificamente para o regime democrático.

Ele foi eleito vice-presidente na chapa de Tancredo Neves e, quando este foi hospitalizado, assumiu interinamente seu lugar, numa constrangedora situação, na qual o general que deixava o poder, o ex-presidente João Figueiredo recusou-se a passar-lhe a faixa presidencial. Após a morte de Tancredo, em 21 de abril de 1985, Sarney assumiu efetivamente a Presidência da República.

ANTIGO NOIVADO

Conforme a *Current Biography*, foi sua modéstia e capacidade de ouvir os líderes de todas as correntes políticas que desarmaram seus críticos e o fizeram conquistar apoio popular, mantendo a esperança que movia o país. Foi em seu governo que o Brasil adotou uma nova moeda, o povo foi às ruas fiscalizar preços e o chefe de Estado passou a fazer um programa radiofônico semanal para dar conta de sua administração à sociedade.

Entre 1995 e 1996, Sarney foi

presidente do Senado e do Congresso Nacional, gestão marcada pela colocação em dia das votações do Plenário e pela execução de um projeto de modernização da Casa. Em seu discurso de posse, Sarney disse que o Legislativo significa fiscalização e controle do Poder Executivo, sendo o único lugar onde o povo pode questionar os governos e apontar os erros do próprio Parlamento.

Em todos esses anos de atividade política, Sarney disse que não passou um dia sem receber um convite “para noivar com a literatura”. Nesse período, foi frequente sua vontade de retomar a carreira literária iniciada em 1970, com a publicação de *Norte das Águas*. Ele trouxe a público, em 1979, um segundo livro, *Maribondos de Fogo*, que o levou, um ano depois, a tomar posse na Academia Brasileira de Letras.

Quase 30 anos depois da publicação de *Norte das Águas*, traduzido em mais de dez idiomas, publicou, em 1995, seu primeiro romance, *O Dono do Mar*. Trata-se de história de pescadores do Maranhão, saga regional que conta a realidade de pessoas rudes, suas paixões e instintos, num clima de primitiva sensualidade.

Sarney acaba de lançar *Saraminda*, romance passado entre a Guiana Francesa e o Amapá, região de garimpo de ouro. Centrado em lendária jovem de pele cafuza, olhos verdes e seios dourados, a obra tem uma força narrativa intensa e relata com magia a vida de uma heroína que sintetiza todos os sonhos eróticos do homem dos trópicos. Sarney é pura felicidade com o sucesso do livro.

República, ex-presidente do Senado, escritor com 27 obras publicadas e membro da Academia Brasileira de Letras, o senador José Sarney está completando 70 anos este ano.

Para celebrar a data, abre-se às 19h de hoje, no Salão Negro do Congresso Nacional, a exposição *José Sarney, o Poeta e o Defensor da Liberdade*, termo usado pelo escritor e pensador mexicano Otávio Paz para se referir ao ex-presidente brasileiro. Personagem fundamental da história recente do Brasil, Sarney é, na opinião de outro intelectual, o francês Maurice Druon, um dos mais completos homens célebres do nosso tempo.

A exposição reunirá 45 painéis retratando a vida e a obra do homenageado. Nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, em PINEIRO (MA), no dia 24 de abril de 1930, quando menino, Sarney era conhecido como “Zé do Sarney”, o que significava “José, filho do Sarney”, numa alusão a seu pai, Sarney de Araújo Costa. Em 1958, utilizou esse nome para eleger-se deputado federal, adotando-o legalmente a partir de 1965.

A carreira política de José

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Luiza Dornas, secretária de Cultura do Distrito Federal e a jornalista Berê Bahia falam do Festival de Cinema de Brasília
7h30 — *Entrevista* — Sen. Arlindo Porto fala sobre os seguros
8h30 — *TV Escala* — 500 anos: O Brasil Colônia na TV — Gente colonial
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo)
14h — Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo Após — Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (gravado)
Logo após — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e Informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado
Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Ex-MINISTRO ALOÍSIO PIMENTA LANÇA LIVRO



A obra do ex-ministro da Cultura foi lançada ontem na Biblioteca do Senado

O livro *Sociedade e Atualidade*, do ex-ministro da Cultura e professor Aloísio Pimenta, foi lançado ontem, na Biblioteca do Senado Federal. A obra é uma coletânea de artigos do escritor, tendo como temas a educação, a cultura e a tecnologia, publicados entre 1997 e 1999 nos principais jornais de Minas. O livro é uma produção em parceria entre o Instituto Teotônio Vilela e a Editora C/Arte.

Alcântara aponta medidas para combater a pobreza no Nordeste

Para o senador, estabilidade e crescimento econômico devem ser acompanhados de políticas que visem à distribuição de ativos

A estabilidade e o crescimento econômico, acompanhados da implementação de políticas que visem à distribuição de ativos como terra, educação e crédito, são mecanismos eficazes para o ataque à pobreza no Nordeste, na visão do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O assunto foi debatido no mês passado, em Fortaleza, no Seminário sobre Pobreza e Desenvolvimento, uma iniciativa do Banco do Nordeste, que contou com a participação do senador e de outras autoridades.

Na avaliação do parlamentar, a posição do Brasil é satisfatória no que diz respeito à estabilidade, já que com o Plano Real o governo conseguiu índices de redução de pobreza. No entanto, observou, o mesmo não aconteceu com o crescimento econômico, que não acompanhou taxas próximas à média do século 20, isto é, de 7% ao ano.

O modelo seguido nas três últimas décadas no Sudeste Asiático, especialmente por Coreia do



Lúcio Alcântara vê modelo do Sudeste Asiático como exemplo que pode ser seguido pelo Brasil

Sul e Taiwan, é, para o senador, um exemplo a ser seguido no campo de políticas públicas de distribuição de ativos. Segundo Lúcio Alcântara, esses países promoveram a reforma agrária, proveram sua população da educação considerada fundamental e criaram mecanismos de crédito popular. Ele entende que o atual governo realizou avanços na reforma agrária e na educa-

ção, mas reconhece que ainda persistem problemas graves.

Lúcio Alcântara ressaltou programas como a redução da mortalidade infantil e o apoio ao ensino fundamental e à agricultura familiar, implementados pelo programa Comunidade Solidária, além da Previdência Rural, como esforços positivos do governo no combate à pobreza, especialmente no Nordeste.

Censo do Ensino Superior mostra acerto da ação do governo, afirma Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o crescimento no número de alunos matriculados em cursos de graduação, verificado pelo Censo do Ensino Superior, demonstra que vem sendo acertada a atuação do governo federal na área. O censo, divulgado pelo Ministério da Educação, registrou um crescimento de 43,1% nas matrículas em universidades nos últimos cinco anos.

De acordo com os dados coletados, o Brasil tem hoje mais de 2,3 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior, 64% deles em universidades privadas. As universidades públicas, conforme os dados, ofereceram no ano passado mais de 34 mil novas vagas, um crescimento de 8,4% em relação a 1998.

O senador destacou duas estratégias da política educacional como especialmente dignas de elogios. A primeira delas é a de privilegiar as universidades federais das regiões Norte e Nordeste na hora de realizar investimentos. A segunda, a maior oferta de cursos noturnos,



Para Jucá, o censo prova que o sistema tem respondido à política governamental

com a vinculação dos orçamentos das instituições ao aumento de vagas no período noturno.

— O resultado do censo é, portanto, a prova de que o sistema tem respondido adequadamente à política implementada. A estratégia de promover a expansão e assegurar a qualidade revelou-se adequada às necessidades do país e é a única capaz de propiciar a retomada do desenvolvimento brasileiro — afirmou.

Souto propõe aumento de pena para crimes de funcionário público

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou projeto de lei que muda o Código Penal, aumentando as penas de prisão para crimes de peculato, corrupção, concussão, prevaricação e tráfico de influência praticados por funcionários públicos. O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e espera designação de relator.

Segundo a proposta de Paulo Souto, a pena para os crimes de peculato, por exemplo, que pune os funcionários públicos que se apropriam de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, passa de dois a 12 anos para três a 25 anos de prisão e multa.

No caso de corrupção, que pode ser ativa ou passiva, a pena de prisão para funcionários, de acordo com a proposta de Paulo Souto, passa de um a oito anos para dois a 16 anos. Já a prevaricação, que consiste em retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo por disposição



Paulo Souto: lei penal está desatualizada em relação aos crimes contra o erário

expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, a pena de prisão passa de três meses a um ano para um a oito anos e mais multa.

Ao justificar a iniciativa, Paulo Souto argumenta que um dos maiores problemas da administração pública é a apuração das mais variadas formas de agressão contra o erário. De acordo com o parlamentar, os crimes se agravam porque há a sensação de impunidade, que resulta na impressão de que tais delitos, que causam dano à vida social, sobretudo aos menos favorecidos, reduzem

ainda mais os recursos essenciais destinados ao atendimento da população.

O senador acrescentou que a recuperação dos valores desviados por funcionários públicos ainda é “demorada e duvidosa”.

— A lei penal, que já tem quase 40 anos, está desatualizada em relação aos novos crimes cometidos contra a administração pública. As somas envolvidas, desde então, multiplicaram-se inúmeras vezes, o que é um convite à corrupção, sem que as penas tenham crescido em grau bastante para reprimir os crimes — justificou.

Projeto de Boaventura beneficia instituições filantrópicas e religiosas

Os veículos utilitários adquiridos por instituições filantrópicas e religiosas poderão ficar isentos do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), caso venha a ser aprovado projeto apresentado pelo senador Albino Boaventura (PMDB-GO). De acordo com o projeto, a isenção somente poderá ser concedida uma vez a cada dez anos.

Para Boaventura, as instituições filantrópicas e religiosas realizam importante papel perante a sociedade, com destaque para as áreas de assistência social, saúde e educação, necessitando, portanto, de maior apoio por parte do governo.

Entende o senador que as entidades filantrópicas vêm enfrentando sérios problemas de caixa para manter obras sociais e o seu projeto, caso aprovado, auxiliaria todas as entidades que, comprovadamente, complementem as políticas e ações oficiais.



Boaventura pede isenção de IPI na compra de veículos utilitários por instituições filantrópicas e religiosas

No entender de Albino Boaventura, a filantropia sempre lutou para mobilizar recursos destinados a equilibrar receitas e despesas. Os programas governamentais, observou, também enfrentam carências de recursos, razão pela qual acha que a isenção do IPI para carros utilitários adquiridos pelas entidades filantrópicas viria ajudar, de forma direta, todas as instituições.



Heloísa Helena, Ramez Tebet e Juvêncio da Fonseca, do Conselho de Ética, ouvem o delegado da Polícia Federal Anderson Rui Fontel

Delegados depõem sobre acusações a Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado ouviu ontem os delegados da Polícia Federal Anderson Rui Fontel e José Ferreira Sales sobre as acusações contra o senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Segundo denúncias, o senador teria participado do desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), repassadas pelo Banco do Brasil às empresas Ebal e Rodomar para a construção de 13 balsas avaliadas em US\$ 13 milhões.

Indagado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), relatora da matéria, o delegado Anderson Fontel, que presidiu inquérito sobre a acusação, informou que o dinheiro saiu do Banco do Brasil diretamente para o estaleiro Ebal, que o repassou a várias empresas do Grupo Rodomar. Segundo o delegado, essas operações são ilegais.

Anderson disse ainda que o sena-

dor Luiz Otávio, então gerente da Rodomar, assinou notas fiscais frias para forjar a construção das balsas. As empresas também teriam simulado vitórias e laudos técnicos.

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) considerou fundamental a comprovação de débitos anteriores da Rodomar com o Banco do Brasil. Para ele, precisa ser melhor investigado o possível envolvimento do banco numa operação de crédito fictícia para cobrir antigas dívidas. O argumento de que o dinheiro foi usado para o pagamento de dívidas é a tese de defesa de Luiz Otávio. Ele afirmou que também desconhecia intimação para depor.

O delegado José Ferreira Sales contestou a versão do senador. Sales disse que Luiz Otávio chegou a marcar data para depor. Ele teria se valido da amizade com o superintendente da Polícia Federal do Pará para evitar um ofício formal.



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional voltará a discutir a restrição à posse de armas de fogo após consenso em torno do parecer

Adiada decisão sobre arma de fogo

Atendendo ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu adiar a votação do parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre os projetos de lei que restringem a posse de armas de fogo. O presidente do colegiado, senador José Sarney (PMDB-AP), retirou a matéria da pauta até que haja consenso em torno do parecer.

Renan Calheiros disse que seu parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é uma medida adicional ao combate à violência. Para Callheiros, é um equívoco o cidadão armado acreditar que está protegido.

Piva explicou que a matéria tem sido abordada de maneira emocio-

nal e que o Senado precisa tratá-la racionalmente. Para o senador, a arma deve ser retirada das mãos dos criminosos.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), autor de um dos projetos, reconheceu que o projeto original "pecava pelo radicalismo", e lembrou que o parecer de Renan Calheiros abriu exceções à posse de armas no meio rural, no esporte e para colecionadores.

EMBAIXADAS

A CRE também aprovou a indicação de dois embaixadores brasileiros. Os diplomatas Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra e Oto Agripino Maia foram aprovados para comandar as embaixadas nas Filipinas e no Vaticano, respectivamente. A aprovação final depende do Plenário.

CI aprova recondução de David Zylberstajn na ANP

O novo mandato de três anos frente à Agência Nacional do Petróleo será ainda submetido ao Plenário do Senado

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem — por 20 votos a um, além de uma abstenção — parecer favorável à recondução de David Zylberstajn ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para um novo mandato de três anos. A recondução será agora submetida ao Plenário.

Durante debate de mais de duas horas, Zylberstajn ressaltou que o Brasil depende cada vez menos de petróleo importado e que, por isso, o país está menos vulnerável a choques externos. "O momento é de prudência e não de pânico", disse, referindo-se ao aumento dos preços internacionais de petróleo. "Em caso de uma crise maior, o Brasil não será tão afetado."

De acordo com o diretor da ANP, o país já produz 70% do petróleo que consome e adquire 25% junto à Argentina e à Venezuela. Apenas uma pequena parcela das importações brasileiras provém de áreas politicamente sensíveis. O aumento dos preços internacionais, porém, levará o Brasil a gastar US\$ 7 bilhões com a importação de petróleo este ano,



Senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ouvem o diretor-geral da ANP, David Zylberstajn

contra US\$ 4 bilhões em 1999.

A preocupação com os reflexos da crise internacional sobre o país foi ressaltada pela presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). "Precisamos conhecer os mecanismos do governo para enfrentar essa situação", afirmou.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) questionou o diretor da ANP sobre a contratação de empresas sem licitação e de supostas irregularidades cometidas por funcionários da agência. Zylberstajn afirmou que as contratações foram emergenciais e contestou as acusações feitas contra

os funcionários. Requião se disse satisfeito com as respostas e anunciou voto favorável à recondução.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) quis saber de Zylberstajn se ainda eram necessárias alterações na legislação para facilitar o trabalho da agência. O diretor defendeu a aprovação de lei que torne mais claras a autonomia da ANP e a sua prestação de contas à sociedade. O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) perguntou se a atual crise do petróleo poderia ser comparada às de 1973 e 1979. A atual crise, respondeu o diretor, "não pode ser interpretada como um choque".

Armínio Fraga fala hoje sobre meta cambial

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, apresentará aos senadores e deputados avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária e cambial do governo federal. O pronunciamento de Fraga será feito aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em reunião conjunta prevista para hoje,

às 10h, na sala da Comissão Mista de Orçamento.

Armínio Fraga deverá também falar sobre o cumprimento dos objetivos e das metas da política de crédito e evidenciar o impacto das operações efetuadas nos primeiros seis meses do ano pelo Banco Central, assim como o custo fiscal delas decorrente. O presidente do Banco Central vai explicar aos parlamentares os resultados demonstrados nos

balanços publicados pela instituição.

A audiência pública conjunta visa cumprir o disposto na Lei Complementar nº 101, aprovada este ano, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seu artigo 9º, na seção que trata da execução orçamentária e do cumprimento das metas, essa lei determina um prazo de 90 dias, após o encerramento de cada semestre, para que o Banco Central apresente a avaliação.

CAS vota limite a contrato em regime especial

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota na reunião de hoje, a partir das 9h, projeto de lei que limita em 25% do total de empregados na empresa o número de trabalhadores contratados em regime especial com incentivos. O autor da proposta, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), acredita que a medida pode evitar distorções no mercado de trabalho, causadas pelo elevado número de contratos que flexibilizam as relações de emprego, beneficiados por reduções nas obrigações trabalhistas.

Para o senador, caso não haja li-

mite, pode haver procura excessiva por determinados tipos de profissionais ou por pessoal em idade específica, o que acabaria prejudicando os demais trabalhadores. O projeto, que tramita na CAS em caráter terminativo, tem parecer favorável do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

O relator apresentou emenda para restringir a medida a empresas de médio e grande porte. Siqueira Campos opinou que o percentual não deve ser definido em lei, mas em ato do Ministério do Trabalho. A sena-

dora Heloísa Helena (PT-AL) também ofereceu emenda para que o limite seja imposto somente a empresas que implantarem programa de participação dos trabalhadores nos lucros.

Entre as leis que estabelecem normas especiais para a contratação de trabalhadores está a que institui contrato de trabalho por prazo determinado, com regras definidas em convenções ou acordos coletivos. Outras medidas procuram estimular o primeiro emprego para jovens e a contratação de empregados com mais de 50 anos.

Pedro Simon cobra ação contra a impunidade

Segundo o senador, em vez de jogarem pedras contra o Poder Judiciário por não julgar e punir os responsáveis por crimes de corrupção, os congressistas deveriam mudar a legislação para tornar “a Justiça ágil e igual para todos”

Antonio Carlos ouve pleitos de comissão de prefeitos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encontrou-se ontem com uma comissão dos prefeitos reunidos em Brasília para defender uma pauta de reivindicações que inclui a renegociação de dívidas de R\$ 5 bilhões e o adiamento da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e da lei que trata dos crimes fiscais para 1º de janeiro.

Para Antonio Carlos, a legislação fiscal deve ser cumprida, mas pode ser atenuada em certos aspectos para permitir que os prefeitos possam atender aos interesses da população. “Adiar a entrada em vigor das leis não parece a forma mais adequada de solucionar o impasse, mas haverá de se encontrar uma saída alternativa”, disse.

O presidente da Confederação Nacional de Prefeitos, Paulo Ziulkoski, argumenta que os atuais prefeitos tiveram poucos meses para se adaptar às duas leis, que foram aprovadas neste ano: a de responsabilidade, em maio; e a dos crimes fiscais, em outubro. “Ao entregarem os cargos em 31 de dezembro, já poderão ser penalizados, até com quatro anos de cadeia, se deixarem ‘restos a pagar’ aos novos prefeitos eleitos”, disse. “As leis são boas e necessárias, mas é preciso bom senso. O orçamento municipal é aprovado para execução em doze meses. No meio do ano, não é possível mudar as regras do jogo”, argumentou, lembrando que “o presidente Fernando Henrique e os governadores terão dois anos para se adaptar às novas exigências”.

AVIAÇÃO

O presidente do Senado e o da Câmara dos Deputados, Michel Temer, presidiram ontem à noite a solenidade de posse da 25ª diretoria do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, realizada no Auditório Nereu Ramos, da Câmara. Para o novo presidente do sindicato, George Ermakoff, a aviação brasileira precisa de carga tributária menor e mais liberdade de ação para se tornar mais competitiva.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que deve ser compromisso do Senado encontrar mecanismos para pôr fim à impunidade no Brasil. Para ele, o Congresso não pode jogar pedras na Justiça por não julgar e punir os responsáveis por crimes de corrupção, uma vez que a responsabilidade por não mudar a legislação penal do país é, justamente, dos parlamentares.

— A reforma do Judiciário, aprovada na Câmara dos Deputados, pode ter qualidades, mas não toca na impunidade. Caberá ao Senado incluir mecanismos efetivos para combatê-la, tornando a Justiça ágil e igual para todos — afirmou.

Simon sugeriu que o presidente

Fernando Henrique Cardoso e o senador Antonio Carlos Magalhães liderem o processo de combate à impunidade. Ele argumentou que o combate à impunidade é fundamental para enfrentar a corrupção. “Os índices de corrupção brasileiros são maiores do que nos Estados Unidos ou no Japão, porque lá quem rouba vai para a cadeia e aqui não.”

Na avaliação de Pedro Simon, o Congresso pode, por meio de propostas legislativas, mudar a realidade do país. Entre os projetos que estão tramitando com esse objeti-



Para Simon, FHC e ACM devem liderar luta contra a impunidade

Público e a Justiça a tomarem providências a partir do resultado das comissões parlamentares de inquérito representa, para Simon, a garantia de que as CPIs não terminarão “em pizza”

— A lei estabelece prazos rígidos

e sanções administrativas, civis e penais para os responsáveis por engavetar as denúncias — disse.

Outra medida apontada por Simon como saudável para o controle da moralidade no setor público é a criação de instâncias de apuração efetiva de desvios dentro do Poder Executivo.

Ele lembrou o funcionamento, durante o governo do presidente Itamar Franco, da Comissão Especial de Investigação, composta de personalidades da sociedade civil e criada para investigar denúncias de corrupção. Ele lamentou que, assim que tomou posse, Fernando Henrique tenha extinguido a comissão e os inquéritos concluídos tenham sumido.

Machado diz que PSDB apoiará no Senado partido que fechar com Aécio na Câmara

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), anunciou ontem a decisão da bancada de condicionar o apoio do partido, na disputa pela presidência do Senado entre os aliados PMDB e PFL, ao apoio à candidatura do líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), à presidência daquela Casa. Machado disse que o PSDB, nas últimas três eleições para as presidências do Senado e da Câmara, “por total despreendimento” não pleiteou



Sérgio Machado cobra o apoio dos aliados à candidatura de Aécio

nenhum cargo.

— Agora, nos últimos anos deste governo, é natural que o PSDB se apresente no direito de postular aos seus aliados o apoio a um companheiro para a presidência de uma das Casas — afirmou, acrescentando que Aécio acabara de ser indicado pelos deputados tucanos para dis-

putar a presidência da Câmara. Machado não descartou a possibilidade de o PSDB considerar, “se as circunstâncias políticas assim o exigirem”, a indicação de um membro do

partido para presidir o Senado.

— Estas são as condições que o PSDB coloca com toda a clareza, como primeiro passo para a construção de entendimentos que conduzam à escolha dos futuros presidentes das duas Casas, convencido de que essa posição, legítima, não será obstáculo para a continuidade do nosso esforço conjunto na implementação do programa de governo e das propostas que o país reclama — frisou, dizendo que o PSDB vê o fato como “questão interna” do partido. Ele destacou que a decisão não foi tomada em nome do presidente Fernando Henrique Cardoso, nem o compromete.

Tuma registra os 90 anos de vida do jurista Miguel Reale

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou em Plenário os 90 anos de vida do jurista e filólogo paulista Miguel Reale. Na próxima sexta-feira, em solenidade no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, Reale será homenageado pelo Instituto dos Advogados do Brasil.

— O Senado Federal não poderia ficar alheio às manifestações em comemoração ao 90º aniversário de Miguel Reale — disse.

O senador fez um rápido histórico da vida do jurista e filólogo, destacando sua atividade universitária como reitor da USP por duas vezes e como membro do Conselho Federal de Cultura e de várias instituições acadêmicas.

— Deus o preserve assim e o proteja, para que nós todos possamos continuar ampliando nosso conhecimento a cada pensamento novo, a cada nova asserção sua, que nos faça lembrar também como é bom tê-lo por compatriota — afirmou Romeu Tuma.



Tuma: “O Senado não poderia ficar alheio”

Maria do Carmo defende a aprovação da região integrada da foz do rio São Francisco

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) pediu apoio à aprovação do projeto que cria a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Foz do Rio São Francisco, localizada entre Sergipe e Alagoas. Parecer ao projeto, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto foi apresentado pela senadora em conjunto com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Segundo Maria do Carmo, a proposta visa promover um pólo de desenvolvimento que integre municípios de Sergipe e de Alagoas, localizados no Baixo São Francisco, otimizando o aproveitamento do potencial instalado na região pelos pólos de fruticultura e piscicultura.

No lado sergipano, explicou a



Maria do Carmo: pólo integrará municípios de Sergipe e de Alagoas

senadora, são produzidas várias frutas tropicais, como coco, laranja, melão, banana, maracujá e atemoia (mistura de graviola com pinha).

Maria do Carmo afirmou que o comércio de frutas tropicais é uma das atividades mais prósperas e de futuro mais promissoras no mundo moderno.